

Crescimento com investimentos externos

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Economia, Marçilio Marques Moreira, compareceu ontem, pela primeira vez, ao plenário do Senado Federal, onde, por quase quatro horas, falou sobre a renegociação da dívida externa como uma maneira de abrir os canais de investimentos externos no País, "absolutamente necessários para lastrear o crescimento auto-sustentado"; insistiu na necessidade de se prosseguir nas reformas estruturais da economia brasileira — ressaltando particularmente a reforma do sistema tributário, cuja evasão e sonegação, segundo o senador João Calmon mencionou, chegariam ao patamar de US\$ 100 bilhões.

Ele traçou um quadro quase tranqüilizador da situação conjuntural — dos preços, salários, nível de atividade e comércio exterior —, concordando em que a queda dos índices de inflação em maio pode ser invertida para um movimento de "repique moderado" dos preços nos índices de junho. E sublinhou que o ligeiro reaquecimento da produção não se tra-

duzira num acelerado e auto-sustentado processo de retomada do nível da atividade econômica, pelo menos enquanto a inflação não estiver efetivamente dominada.

O ministro foi convocado para falar, no plenário do Senado Federal, sobre o acordo dos juros atrasados da dívida externa, cujo protocolo está sendo examinado pela Comissão de Economia do Senado Federal.

"Esse acordo sobre os atrasados não será suficiente para trazer para cá um montante de recursos externos como os US\$ 8,4 bilhões que ingressaram no México no ano passado. Entretanto, a sua conclusão, estou certo, já foi motivo para a entrada de capitais no País", disse o ministro, citando que até maio deste ano registraram-se ingressos de US\$ 3 bilhões de capitais externos e, nas últimas três semanas de maio passado, o País teria conseguido recuperar cerca de US\$ 1 bilhão em reservas cambiais, que no mês de março sofreram um forte baque, superior a

US\$ 1 bilhão, por conta de pagamentos efetuados no exterior. As reservas cambiais, assim, teriam volta-

do a superar a casa dos US\$ 8,5 bilhões e, segundo o ministro, estariam em nível máximo desde dezembro de 1989.

Marques Moreira deixou, também, um recado importante aos senadores: a urgência de se chegar a uma aprovação final do protocolo sobre o acordo dos juros atrasados, de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões, antes da viagem do presidente Collor de Mello aos Estados Unidos, que começa no dia 18, próxima terça-feira da semana que vem.

"A aprovação do acordo, nas vésperas da viagem do presidente aos Estados Unidos, dará um sinal positivo à comunidade financeira internacional, do desejo de o Brasil se integrar ao mercado financeiro internacional. Os Estados Unidos são a caixa de percussão do sistema financeiro e o presidente da República terá mais êxito na sua missão se estiver com esse problema resolvido, com a aprovação do acordo por esta Casa", assinalou o ministro da Economia.

Ele ressaltou, também, a importância de o Congresso Nacional dar ao País "uma legislação moderna

de informática e de propriedade industrial". Segundo as palavras do ministro, "o descaso pela ciência e tecnologia seria fatal. Ficaríamos ancorados no pântano da obsolescência", num claro recado aos parlamentares, que devem votar, nos próximos dias, projeto de lei sobre o assunto.

Além do que ele qualificou como necessidade de "um esforço impostergável" para promover as reformas estruturais listadas no Projeto de Reconstrução Nacional (projetão), o ministro pautou tanto a sua explanação inicial quanto a fase dos debates por um discurso ancorado no liberalismo econômico "com profunda consciência social". Falou da necessidade de recuperar a produção agrícola — e pediu urgência na aprovação, pelo Congresso, do pedido de crédito suplementar de Cr\$ 302 bilhões, para o Proagro. Prometeu que os recursos para a safra 1991/92 chegarão na hora certa. Falou, também, na prioridade do governo para a área de educação.

"O que se procura é um novo padrão de desenvolvimento. Hoje, o que se propõe é trocar o desenvolvimento econômico a qualquer custo por um desenvolvimento harmônico, que leve em conta a questão social e ambiental", disse, sublinhando, também, a urgência de se criar um Estado mais enxuto, com funções orientadas para "prover uma moeda estável e promover o bem-estar comum; e com recursos vin-

dos de uma reforma tributária que alargue o universo dos contribuintes e simplifique o número de impostos. "É impossível termos alíquota de Primeiro Mundo e padrão de arrecadação de quarto mundo", disse.

O senador Albano Franco (PFL/SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), depois de mencionar a satisfação do empresariado com o primeiro mês da gestão Marques Moreira — "inflação cadente, recuperação das vendas e cordialidade nos contatos com empresários" —, mostrou a inquietação com setembro, mês em que converge uma série de pressões inflacionárias: desbloqueio de US\$ 2 bilhões mensais de cruzados novos — que o ministro insistiu que será realizado no prazo legal e em moeda corrente —, nova política salarial e reajustes dos aluguéis. O ministro disse estar convencido de que essa massa de recursos não se dirigirá ao consumo.

Os senadores Maurício Corrêa (PDT/DF) e Eduardo Suplicy (PT/SP), assim como o senador Esperidião Amim (PDS/SC), insistiram na questão do acordo externo.

Suplicy e Corrêa assinalaram a importância de o acordo dos atrasados se pautar pelas diretrizes da Resolução nº 82 do Senado, seja no tocante ao respeito aos parâmetros das reservas cambiais (mínimo de quatro meses de importação, medida pelas importações médias dos últimos doze meses) e ao vínculo

estabelecido entre os pagamentos, aos credores, e ao conceito de "capacidade de pagamentos", calculado pela diferença entre receitas e despesas fiscais (superávit primário). Marques Moreira disse que o respeito às reservas cambiais estaria sendo seguido à risca, e o patamar mínimo de reservas tem de ser de US\$ 6,8 bilhões. Quanto à abertura dos dados sobre capacidade de pagamentos, ele prometeu que isso será feito pelo embaixador Jório Dauster, negociador oficial da dívida, e pelo presidente do Banco Central, Francisco Góes, em nova sessão da Comissão de Economia do Senado.

O ministro mostrou forte simpatia pelos modelos de negociação seguidos por México e Venezuela, dentro das regras de redução da dívida concebidas pelo Plano Brady. Disse que a forma do acordo dos atrasados não se reproduzirá na negociação do estoque da dívida, de US\$ 52 bilhões, com os bancos privados. Ele garantiu que as condições serão "radicalmente diferentes" e no estoque ele acredita que poderá obter prazos de até duas vezes e meia os prazos conseguidos, de 10 anos, para os bônus dos atrasados — o que resultaria num refinanciamento por até 25 anos, bem abaixo dos 45 anos mencionados na proposta feita pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, além de descontos nos valores dos títulos brasileiros (que se refletirão na redução do estoque ou na redução dos juros, como assinalou).